

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Objeto:

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RECALÇAMENTO COM BLOCO RETANGULAR DE CONCRETO EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC.

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para fornecimento e execução dos serviços de recalçamento, garantindo a manutenção e melhoria da infraestrutura viária municipal. O prazo de vigência dos custos unitários será de 12 meses.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo / Função	Matrícula	E-mail
André Torri Saldanha	Arquiteto e Urbanista	1832801	andre.saldanha@itajai.sc.gov.br
Bruno König Prestes	Agente em Atividades Administrativas	2443701	bruno.prestes@itajai.sc.gov.br

II. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A necessidade de contratação envolve a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RECALÇAMENTO COM BLOCO RETANGULAR DE CONCRETO EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC.

A malha viária do município sofre desgaste acentuado devido ao intenso tráfego de veículos pesados e às condições climáticas adversas. A falta de intervenção compromete a mobilidade urbana, gera insegurança no trânsito e eleva os custos com manutenções emergenciais. A contratação visa assegurar a requalificação viária, prevenindo desgastes precoces e otimizando os recursos públicos.

3. Demonstração da Previsão da Contratação com o Plano Anual de Contratações:

As despesas correrão a conta da dotação do orçamento do exercício de 2026 da Secretaria Municipal de Obras.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação exige empresa de engenharia com capacidade técnica comprovada para execução de serviços de recalçamento. A empresa deverá apresentar atestados de execução de obras similares e cumprir as normas técnicas vigentes. O contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação aplicável.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Consiste em lote único com a descrição e com os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTE	VALOR TOTAL
1	FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RECALÇAMENTO COM BLOCO	LOTE	1	R\$ 2.777.905,42

	RETANGULAR DE CONCRETO EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC.			
TOTAL R\$ 2.777.905,42				

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade
1.0	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO		
1.1	REASSENTAMENTO MANUAL DE MEIO-FIO COM MATERIAL ARRANCADO DA PISTA	2.661,00	M
1.2	REASSENTAMENTO DE BLOCOS RETANGULAR PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 6 CM, EM CALÇADA, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS RETANGULAR - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	26.631,96	M2
1.3	RETROESCAVADEIRA, INCL. TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E CONDUTOR	13	M2
1.4	CAMINHÃO TOCO, INCL. TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E MOTORISTA	12	M2
1.5	REMOÇÃO MANUAL DE MEIO FIO	2.661,00	MÊS
1.6	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	2.661,00	MÊS

Para a quantificação dos serviços, foi adotada como referência a média da área executada conforme a Ata nº 136/2025. A referida ata consumiu uma área de 2.217,83m² em 1 mês. Com base nesse dado, calculou-se a média mensal de execução, e, em seguida, realizou-se uma projeção para o período de 12 meses. Como resultado, obteve-se uma área total projetada de 26.613,96 m², a ser considerada para o novo registro de preços.

III. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Foram analisadas três principais alternativas para a execução dos serviços:

- **Execução Própria (Administração Direta):**

A execução própria proporciona maior controle sobre a qualidade dos serviços e pode gerar economia em algumas etapas caso a Secretaria de Obras disponha de maquinário e equipe técnica qualificada. Além disso, há maior agilidade na tomada de decisões e no atendimento de demandas emergenciais sem necessidade de tramitação burocrática. No entanto, a Secretaria de Obras atualmente não possui estrutura adequada, equipe técnica especializada e equipamentos necessários para a realização dos serviços. A execução própria demandaria altos investimentos iniciais para aquisição de maquinário e capacitação de pessoal, além de apresentar risco de atrasos devido à indisponibilidade de recursos humanos e materiais. Comparado a outros modelos, seria uma alternativa menos eficiente e de maior custo operacional a longo prazo.

- **Contratação por Licitação (Administração Indireta):**

A licitação permite a seleção de empresas especializadas que dispõem de equipamentos modernos e equipes qualificadas, garantindo eficiência na execução dos serviços e conformidade com as normas técnicas e ambientais. Além disso, o uso de novas tecnologias e materiais de alta qualidade assegura maior durabilidade das obras e reduz custos com manutenções corretivas. Contudo, o processo licitatório pode ser demorado, retardando o início da execução dos serviços. Além disso, a terceirização pode resultar em custos operacionais mais elevados e exige fiscalização rigorosa para assegurar a qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos.

- **Parceria Público-Privada (PPP):**

A PPP pode reduzir o impacto financeiro no orçamento público ao longo do tempo, permitindo que o parceiro privado financie parte dos custos de infraestrutura. Esse modelo também pode atrair empresas de grande porte, com experiência e capacidade técnica para oferecer soluções inovadoras. No entanto, a estruturação e formalização de uma PPP é complexa e pode levar anos, tornando-se incompatível com a urgência dos serviços de pavimentação. Além disso, esse modelo exige um retorno financeiro para o parceiro privado, o que não se aplica a serviços de manutenção viária que não geram receitas diretas, tornando a PPP inviável para esta demanda.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor total do objeto perfaz a quantia de R\$2.777.905,42 (Dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, novecentos e cinco reais e quarenta e dois centavos).

IV. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução adotada para a melhoria da infraestrutura viária em Itajaí-SC consiste na contratação de serviços contínuos e sob demanda para fornecimento e execução de recalçamento com bloco de concreto retangular. Os serviços serão planejados e executados conforme a necessidade identificada, priorizando as vias mais afetadas pelo tráfego intenso e pelos danos causados por intempéries. A Secretaria Municipal de Obras monitorará continuamente as áreas prioritárias para assegurar a efetividade da intervenção.

A contratação será realizada por meio da modalidade de **pregão eletrônico**, através do **registro de preços**, e o critério de julgamento será a empreitada pelo **menor preço global**, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, conforme disposto no Art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021.

O **prazo de execução dos serviços será de 12 meses**, podendo ser prorrogado conforme previsto na legislação.

A empresa contratada será responsável por todas as fases do processo, garantindo a manutenção preventiva e corretiva da malha viária, sem necessidade de contratações adicionais.

O serviço é classificado como serviço comum de engenharia, seguindo padrões amplamente conhecidos e aplicáveis ao setor.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação será realizada por empreitada global, sem parcelamento, garantindo maior controle e eficiência na execução.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há previsão de outras contratações adicionais para viabilizar esta solução.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação otimiza recursos humanos e materiais, reduz custos de manutenção emergencial e garante previsibilidade financeira, promovendo eficiência e sustentabilidade econômica.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Após análise da demanda, verificamos que não há medidas prévias necessárias a serem observadas antes da formalização da ata. A emissão de ordens de serviço e a designação de fiscais serão realizadas posteriormente, seguindo os procedimentos padrão aplicáveis a este tipo de contratação.

